

BNCC e Programa Saúde na Escola (PSE): os (des)caminhos da interdisciplinaridade e da intersectorialidade

BNCC and Programa Saúde na Escola (PSE): the (mis)paths of interdisciplinarity and intersectorality

BNCC y Programa Saúde na Escola (PSE): Los (des)caminos de la interdisciplinarietà y la intersectorialidad

Leonardo Ferreira de Almeida¹
Tereza Santos Farias²
Myrna Friederichs Landim³
Veleida Anahí da Silva Charlot⁴

Resumo: Educação e saúde são definidas como direitos sociais e dever do Estado na Constituição Federal do Brasil, de 1988, devendo caminhar juntas. Para tanto, a escola se configura como espaço para esta integração. O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286/2007, apresenta, como uma de suas diretrizes, a interdisciplinaridade e a intersectorialidade entre os campos da educação e saúde. A saúde é também pautada em documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2018. Neste contexto, o presente artigo objetivou, por meio de pesquisa documental, verificar como o novo Guia do Gestor do PSE e os novos cadernos temáticos deste programa, publicados em 2022, referenciam as orientações normativas da BNCC. A análise destes documentos mostra que, assim como a BNCC perdeu a oportunidade de fazer alusão e empreender relações mais explícitas com o PSE, os materiais deste programa careceram de explorar, de forma didático-pedagógica, as possíveis relações com a BNCC. Logo, torna-se questionável o potencial deste programa interministerial de apresentar condições de efetivar a interdisciplinaridade e a intersectorialidade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Currículo. Educação em saúde. Política pública.

Abstract: Education and health are defined as social rights and duties of the State in the Federal Constitution of Brazil of 1988, and must go hand in hand. To this end, the school is configured as a space for this integration. The School Health Program (PSE), established by Decree No. 6,286/2007, presents, as one of its guidelines, interdisciplinarity and intersectorality between the fields of education and health. Health is also guided by

1 Doutorando em Ensino pela Rede Nordeste de Ensino/Polo Universidade Federal de Sergipe (RENOEN/Polo UFS), Analista Técnico de Políticas Sociais do Ministério da Saúde, leobioufs08@academico.ufs.br.

2 Doutoranda em Ensino pela Rede Nordeste de Ensino/Polo Universidade Federal de Sergipe (RENOEN/Polo UFS). Coordenadora-Geral de Estratégia da Educação do Ministério da Educação. E-mail: terezasf@academico.ufs.br.

3 Doutora em Recursos Naturais, Professora nos programas de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA) e da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN) da Universidade Federal de Sergipe, myrna@academico.ufs.br.

4 Doutora em Ciências da Educação, Professora nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) Programas de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA), e Pós-Graduação Profissional em Ensino de Física (MNPEF) da Universidade Federal de Sergipe, veleida@academico.ufs.br.

normative documents such as the National Common Curricular Base (BNCC), published in 2018. In this context, this article aimed, through documentary research, to verify how the new PSE Manager's Guide and the new thematic notebooks of this program, published in 2022, reference the BNCC normative guidelines. The analysis of these documents shows that, just as the BNCC missed the opportunity to allude to and undertake more explicit relationships with the PSE, the materials in this program failed to explore, in a didactic-pedagogical way, the possible relationships with the BNCC. Therefore, the potential of this interministerial program to present conditions for implementing interdisciplinarity and intersectorality in the school environment becomes questionable.

Keywords: Health education. Curriculum. Public policy.

Abstract: Educação y salud están definidos como derechos y deberes sociales del Estado en la Constitución Federal de Brasil de 1988, y deben ir de la mano. Para ello, la escuela se configura como un espacio para esta integración. El Programa de Salud Escolar (PSE), establecido por el Decreto nº 6.286/2007, presenta, como una de sus directrices, la interdisciplinariedad e intersectorialidad entre los campos de la educación y la salud. La salud también se guía por documentos normativos como la Base Curricular Común Nacional (BNCC), publicada en 2018. En este contexto, este artículo tuvo como objetivo, a través de una investigación documental, verificar cómo la nueva Guía del Gestor del PSE y los nuevos cuadernos temáticos de este programa, publicado en 2022, hace referencia a las directrices normativas del BNCC. El análisis de estos documentos muestra que, así como el BNCC perdió la oportunidad de aludir y emprender relaciones más explícitas con el PSE, los materiales de este programa no lograron explorar, de manera didáctico-pedagógica, las posibles relaciones con el BNCC. Por lo tanto, se vuelve cuestionable el potencial de este programa interministerial para presentar condiciones para implementar la interdisciplinariedad y la intersectorialidad en el ámbito escolar.

Palabras clave: Educación para la salud. Plan de estudios. Política pública.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito das políticas e dos programas públicos, a interdisciplinaridade e a intersectorialidade entre os campos da educação e da saúde são de extrema relevância e necessidade para a formação cidadã e para a melhoria da qualidade de vida da população. É notório que, por meio de dados e análises concretas, melhores níveis de educação estão relacionados a uma população mais saudável, assim como uma população saudável tem maiores possibilidades de se apropriar de saberes e conhecimentos da educação formal e informal (Lopes; Nogueira; Rocha, 2018).

Diante de tantas definições e discussões possíveis sobre os conceitos de interdisciplinaridade e intersectorialidade, acolhe-se, neste estudo, a perspectiva de que pensar de forma interdisciplinar não significa anular a existência e o propósito das disciplinas, mas sim possibilitá-las convergirem de forma colaborativa, complementar, discursiva e acessível à compreensão das pessoas (Fávero; Consaltér, 2021). Por sua vez, a intersectorialidade pode ser entendida como o trabalho articulado ente

dois ou mais setores político-programáticos ou campos do saber, com o intuito de superar a fragmentação do conhecimento e da práxis e, conseqüentemente, proporcionar a formação integral dos indivíduos em sua coletividade (Brasil, 2022a).

Sabendo-se que a interdisciplinaridade e a intersectorialidade entre educação e saúde estão pautadas, prioritariamente, por práticas pedagógicas planejadas e executadas de forma coletiva entre profissionais de ambos os campos, faz-se necessária, dentre outras iniciativas, a existência e o fortalecimento de normativas e orientações curriculares que respaldem a escola como ambiente potencializador da promoção da saúde dos estudantes e da comunidade adjacente (Vieira *et al.*, 2017).

Ressalta-se que a proposta de inserção da temática saúde nas escolas vem de uma longa trajetória de discussões e de propostas curriculares. E esta longa trajetória parece não ter fim, pois, diante da dinâmica social, econômica, política, ambiental e de outras ordens da sociedade atual, torna-se sempre imperativo refletir e pôr em prática as diferentes abordagens dos conteúdos relacionadas à saúde

no ambiente escolar (Zômpero; Oliveira Filho; Santos, 2020).

No âmbito normativo da educação básica, atualmente encontra-se em vigor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual compreende um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidos pelos educandos ao longo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Brasil, 2018). Por ser um documento normativo, espera-se que a BNCC se apresente como um ponto de articulação entre a educação básica e as demais políticas educacionais e as políticas advindas de outros campos programáticos.

Um exemplo de campo programático, potencialmente articulável à BNCC, é educação em saúde, foco do presente trabalho. E, dentro deste campo, há uma importante iniciativa governamental que é o Programa Saúde na Escola (PSE). Fruto de uma iniciativa dos ministérios da Educação e da Saúde, o PSE foi implantado em 2007 (Brasil, 2007) e se encontra vigente até os dias atuais (Brasil, 2022a), apresentando-se como uma política de potencial interdisciplinaridade e intersetorialidade entre os campos da saúde e da educação.

O PSE se configura como uma estratégia para aproximar profissionais de ambos os campos a fim de propiciar ações colaborativas, integrais e contínuas em prol da prevenção, controle e combate a vulnerabilidades e aos agravos, assim como em prol do acompanhamento permanente da saúde dos educandos. Assim, almeja contribuir para a adoção de práticas sustentáveis de promoção da saúde que visem a melhoria da aprendizagem e a qualidade de vida dos estudantes (Brasil, 2022a).

Potencialmente, este programa dialoga, também, com a proposta normativa da BNCC para a educação básica. Neste contexto, é importante e necessário conhecer os pontos de conexão entre o PSE e a BNCC, ou seja, compreender como as orientações normativas e pedagógicas desta se correlacionam e/ou são referenciadas pelas propostas daquele.

Desde a criação do PSE, inclusive após a homologação da BNCC entre os anos de 2017

e 2018 (Brasil, 2018), os materiais de apoio a este programa, inicialmente publicados entre 2015 e 2016, vem sendo atualizados e reformulados. Os mais recentes, como o *Guia do Gestor do PSE* (Brasil, 2022a) e os cadernos temáticos do PSE (Brasil, 2022b; Brasil, 2022c; Brasil, 2022d; Brasil, 2022e; Brasil, 2022f; Brasil, 2022g; Brasil, 2022h; Brasil, 2022i), foram publicados em 2022. Partindo de uma observação temporal, estes novos materiais do PSE veem ao público após a publicação da BNCC, cuja homologação ocorreu entre os anos de 2017 e 2018 (Brasil, 2018).

A fim de se compreender como a BNCC é referenciada pelo PSE, é necessário avaliar como os materiais do PSE vislumbram a interdisciplinaridade e a intersetorialidade com a BNCC no que tange a temática saúde na Educação Básica. Para isso, o presente artigo tem como objetivo verificar como os atuais *Guia do Gestor do PSE* e cadernos temáticos do PSE, publicados em 2022, referenciam as orientações normativas e pedagógicas presentes na BNCC. Este seria um primeiro passo para compreender como este programa interministerial pode ter suas práticas interdisciplinares e intersetoriais mantidas, viabilizadas e/ou materializadas no contexto atual da Educação Básica, tão marcada pela implementação da BNCC.

No desenvolvimento deste presente trabalho, será apresentada uma breve contextualização da abordagem da temática saúde na BNCC, bem como as principais diretrizes e orientações presentes nos documentos oficiais do PSE, especificamente, nos materiais recém-publicados em 2022, no sentido de delinear possíveis conexões entre ambos.

2 REFERENCIAL

2.1 A BNCC E A ABORDAGEM DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O compromisso constitucional de criação de uma base curricular comum só tomou materialidade após mais de três décadas da promulgação da Carta Magna da República, que já

apontava, no seu Artigo 210, para essa necessidade:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Brasil, 1988).

A existência da base curricular comum, também, remete ao artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei nº 9.394/1996), o qual, sob uma nova redação trazida pela Lei nº 12.796 de 2013, preconiza que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996; Brasil, 2013).

Em mesma medida, o Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei 13.005/2014, ofereceu lastro normativo para que o Brasil construísse um referencial curricular comum para o país no âmbito da agenda educacional para o decênio 2014- 2024 (BRASIL, 2014). O ano de 2015 marcou o início do processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir da publicação da Portaria Nº 592/2015, que instituiu a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC, e após ampla participação de especialistas, gestores e educadores, foram finalizados os documentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em 2017, e do Ensino Médio, em 2018 (Brasil, 2018).

A BNCC, como espinha dorsal da Política Nacional de Educação Básica, surge como referência nacional para a elaboração dos currículos escolares do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, com o propósito de empreender um alinhamento da educação escolar com outras políticas e ações no âmbito dos entes federados, no que se diz respeito à

formulação de conteúdos educacionais, à avaliação dos educandos, à formação inicial e continuada dos docentes e a outros critérios para o desenvolvimento da prática escolar. Como exemplo, as aprendizagens essenciais elencadas neste documento buscam assegurar que os estudantes desenvolvam as competências gerais, que correspondem, por sua vez, aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018).

Para a BNCC, o sinônimo de competência é mobilização. Ou seja, desenvolver competência é saber mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais) e atitudes e valores, com o intuito de resolver situações complexas que envolvem as práticas cotidianas, o campo do trabalho e o exercício da cidadania (Brasil, 2018). E não tem como lidar com situações complexas do cotidiano, do trabalho e da cidadania, sem levar em conta os campos da educação e da saúde, e a relação entre ambos. É curioso destacar que a BNCC cita o termo “saúde” 60 vezes. Para Santos e Adinolfi (2022a), esta aparente constância indica a importância dada ao tema saúde por este documento normativo.

Vale frisar que, dentre as competências gerais da BNCC, a competência nº 8 expressa as dimensões do autoconhecimento e do autocuidado, propondo aos estudantes “[...] conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (Brasil, 2018, p.10). Nesta competência, fica evidente a importância da relação interdisciplinar e intersectorial entre os campos da educação e saúde a fim de que os educandos possam aprender a cuidar da saúde física e emocional e que possam reconhecer e lidar com as suas emoções e as dos outros frente à diversidade humana.

Dentre as possíveis vias desta relação, acredita-se, neste estudo, que um importante fio condutor pode se dar entre a BNCC e o Programa Saúde na Escola (PSE). Na seção que se segue, será possível conhecer conceitos, objetivos e diretrizes de implementação do PSE.

2.2 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE): CONCEITO, OBJETIVO E DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO

A instituição escolar, além de compartilhar e construir conhecimentos sobre a saúde, sendo estes organizados em alguns componentes curriculares, deve-se ater a desenvolver nos educandos, em suas diversas faixas etárias, valores e posturas críticas relacionadas à realidade social e aos estilos de vida, combinando processos de aquisição de competências que sustentem as aprendizagens e que favoreçam a autonomia e o empoderamento para a promoção da saúde (Lopes; Nogueira; Rocha, 2018; Jacob *et al.*, 2019).

É preciso ter em mente que o conceito de “promoção da saúde” é crucial para a interdisciplinaridade e intersetorialidade entre os campos da saúde e da educação. Neste sentido, este termo deve ser compreendido como um conjunto de estratégias de produzir saúde, nas dimensões individual e coletiva, desenvolvendo-se por meio de cooperações intra e intersetorial, buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, dentre elas as instituições escolares (Farias *et al.*, 2016; Lopes; Nogueira; Rocha, 2018).

Ao se estudar políticas públicas voltadas para o intercâmbio saúde-educação e/ou promoção da saúde no ambiente escolar, o Programa Saúde na Escola (PSE) desponta-se como evidente exemplo. Sendo fruto de discussões institucionais e de importantes conferências nacionais e internacionais, além de tomar em consideração importantes referenciais teóricos da “promoção da saúde”, o PSE foi institucionalizado há mais de quinze anos, por meio do Decreto nº 6.286/2007. Este programa, o qual parte de uma iniciativa interministerial, entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, tem como principal objetivo

Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, de prevenção e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno de-

envolvimento de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino (Brasil, 2022a, p. 19).

Há que se fazer um destaque à perspectiva de formação integral presente tanto nas orientações curriculares para a educação básica, quanto nas orientações normativas que regulamentam o PSE. Essa é uma fronteira de integração e intersecção da maior importância no alcance de direitos, pois reorienta a educação para olhar na direção da integralidade do indivíduo, em sua dimensão biopsicossocial. Do texto do Decreto Nº 6286/2007, que instituiu o programa, tem-se expressa a finalidade de “[...] contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica” (Brasil, 2007).

No que se refere à sua implementação enquanto componente político-programático, o PSE se pauta por importantes diretrizes, sendo duas delas a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, no sentido de que ambas possam ampliar a troca de saberes entre diferentes setores e profissões e que possam contribuir para a articulação entre os campos programáticos da educação e da saúde com a finalidade de proporcionar a atenção integral à saúde dos educandos. Desta forma, para a garantia destas duas diretrizes, as atividades pedagógicas do PSE a serem trabalhadas na escola precisam ser desenvolvidas em sala de aula ou em outros espaços escolares pelos professores, com a parceria dos profissionais da saúde. Em caso de verificação da situação de saúde dos educandos, a ação pode ser feita diretamente pelos profissionais de saúde, mas com planejamento prévio e apoio dos docentes. Todas as ações a serem implementadas devem atender às expectativas do quadro professoral e, principalmente, dos estudantes (Brasil, 2022a).

Para contribuir no processo de implementação das ações do PSE, é elaborado e publicado o *Guia do Gestor do PSE*, o qual traz orientações sobre articulação intersetorial, adesão das escolas e eixos temáticos que podem ser trabalhados conforme cada nível de ensino. Também, são elaborados e publicados os cadernos temáticos, os quais focam na parte ped-

agógica de como os agravos e temas correlatos podem ser abordados por educadores e profissionais de saúde.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização do presente artigo, lançou-se mão de “pesquisa exploratória”, a qual, segundo Gil (2017), apresenta um planejamento flexível e visa proporcionar maior elucidação do problema ao considerar os mais variados aspectos relativos ao fato estudado, o que envolve, dentre outros possíveis métodos, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Sendo assim, para estudo, foi realizada uma revisão de artigos e documentos normativos e orientadores das áreas de educação e saúde desenvolvidos e publicados no Brasil, os quais versam sobre os temas “Educação Básica”; “BNCC”; “Programa Saúde na Escola”, “Interdisciplinaridade” e “Intersetorialidade”. Todas as referências foram pesquisadas em sítios eletrônicos de acesso livre e público, tais como *Google Acadêmico* e *SciELO*, bem como os portais do Ministério da Educação (Portal MEC⁵) e do Ministério da Saúde (Portal Saúde⁶).

Somando-se à pesquisa exploratória de referenciais teóricos, foi realizada a análise documental da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e do caderno *Temas Contemporâneos Transversais – Saúde* (Brasil, 2022j). No que tange o PSE, foram analisados o anterior *Guia do Gestor do PSE* (Brasil, 2015), e o atual *Guia do Gestor do PSE* (Brasil, 2022a), bem como os atuais cadernos temáticos: *Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade* (Brasil, 2022b); *Promoção da Atividade Física* (Brasil, 2022c); *Prevenção ao uso do Tabaco* (Brasil, 2022d); *Prevenção de doenças negligenciadas* (Brasil 2022e); *Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos* (Brasil, 2022f); *Saúde Ambiental* (Brasil, 2022g); *Saúde Bucal* (Brasil, 2022h) e *Verificação da Situação Vacinal* (Brasil, 2022i).

Este estudo se configurou como de análise documental, pois consistiu na busca específica e sistemática de informações que constam em documentos oficiais, conteúdos de sites eletrônicos de instituições governamentais e outros materiais análogos (Oliveira, 2016). Nos tópicos de resultados e discussões, será possível verificar, se as competências e habilidades da BNCC guardam relações com o PSE e, por sua vez, como os novos materiais do PSE, publicados em 2022, referenciam a BNCC.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PSE E BNCC: REFLETINDO POSSÍVEIS CONEXÕES

Uma indicativa preliminar do potencial de interação entre as habilidades e competências da BNCC e as ações do PSE pode ser observada no estudo de Santos e Adinolfi (2022a), que identificaram que as categorias “saúde”, “doença”, “promoção à saúde”, “bem-estar” e “alimentação” foram identificadas 83 vezes no texto da BNCC. Estes autores destacam, também, que a Competência Geral 8 da BNCC (“Conhecer-se, apreciar-se e cuidar da saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”) guarda relação com o objetivo do PSE de “contribuir para a formação integral dos educandos por meio de ações de prevenção e promoção à saúde”.

Para Santos e Adinolfi (2022), também, é possível identificar um diálogo entre competências e habilidades do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, principalmente quando se trata da área de Ciências da Natureza, com as ações do PSE previstas na Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017⁷, a qual redefiniu as regras e os critérios para adesão ao PSE por estados, Distrito Federal e

5 O Portal MEC está disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/>.

6 O Portal Saúde está disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/>.

7 Disponibilizada no link: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html.

municípios e dispôs sobre o respectivo incentivo financeiro para o custeio de ações (BRASIL, 2017).

No entanto, a despeito desse potencial de conexão, as versões da BNCC perderam “a oportunidade de estimular meios de integração entre as políticas públicas de educação e saúde, ao não prever a devida necessária articulação com o PSE” (Santos; Adinolfi, 2022a, p. 2031). Apesar de ser posterior à implantação do PSE, a BNCC, parece ignorar, além da existência da Portaria Interministerial nº 1.055/2017 (Brasil, 2017), o *Guia do Gestor do PSE*, de 2015 (Brasil, 2015), e os cadernos temáticos do PSE, datados de 2016 (BRASIL, 2016a; Brasil, 2016b; Brasil, 2016c; Brasil, 2016d; Brasil, 2016e; Brasil, 2016f; Brasil, 2016g).

Santos e Adinolfi (2022a) destacam que, além de a BNCC não promover citações direcionadas ao PSE, não há menção alguma aos pressupostos das Escolas Promotoras de Saúde (EPS) ou dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). E por que é importante frisar esta informação? Porque o PSE, as EPS e os ODS evidenciam a intersetorialidade entre os campos da saúde e da educação, ou seja, a articulação dos serviços de saúde com as escolas. Este quesito é tão sintomático que a BNCC, em nenhuma de suas linhas, faz referência a esta articulação entre instituições escolares e estabelecimentos de saúde, tampouco, cita o termo “intersetorialidade”. A ausência de referência à intersetorialidade entre os campos da educação e da saúde na BNCC vai de encontro ao que este documento se propõe em termos de superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento (Santos; Adinolfi, 2022a).

Embora o PSE pareça estar ausente na BNCC, ressalva-se que a interface curricular entre saúde e educação pode ser encontrada no Caderno da série *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (TCTs) - Saúde, Educação Alimentar e Nutricional* (BRASIL, 2022j). OS TCT, de forma geral, compreendem propostas pedagógicas com a finalidade de assinalar a integração entre os diferentes componentes curriculares, além de apontar conexões destes

com o cotidiano dos educandos, no sentido de proporcionar contexto e contemporaneidade aos objetos de conhecimento presentes na BNCC. Os TCTs são: i) Meio Ambiente; ii) Economia; iii) Cidadania e Civismo; iv) Multiculturalismo, Ciência e Tecnologia e v) Saúde (Brasil, 2019). Sendo assim, as orientações contidas nos TCT oferecem possibilidades de articulação da macroárea Saúde no currículo, apontando para formas de organização de módulos didático-pedagógicos voltados à promoção da saúde- de modo mais amplo, e em face do contexto da contemporaneidade e das características da comunidade, conforme se pode observar:

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), considerando os fatores determinantes e condicionantes da qualidade de vida, como trabalho, educação, habitação, lazer, cultura, ambiente e acesso a bens e serviços essenciais, deve ser trabalhada em sala de aula, priorizando ações, tais como: Promoção da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos; Prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas; Promoção da Educação Alimentar e Nutricional; Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva; Promoção de Atividades Físicas, Corporais e de Lazer; Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Brasil, 2022j, p. 51).

A marcação das formas de abordagem e de articulação da Saúde no currículo da Educação Básica, trazida pela Coleção dos TCT, destaca a relação entre Saúde e Educação como condição para o alcance pleno dos Direitos Humanos, e, podemos encontrar referências ao Caderno de Gestor do PSE dentre as sugestões de materiais de apoio indicada. Além disso, especificamente no caderno TCT – Saúde, Educação Alimentar e Nutricional (Brasil, 2022j), há referência direta ao PSE:

A Macroárea Saúde abriga dois importantes temas que se auxiliam e se complementam: a Saúde e a Educação Alimentar e Nutricional. Ambos são, por afinidade, temas que visam à formação cidadã, porém, seus conteúdos são, ainda, pouco tratados nas escolas. Seu estudo no âm-

bito escolar tem amparo em diversos marcos legais, a saber: Constituição Federal de 1988 (CF/88), Leis nº 9.394/1996 (LDB), nº 11.947/2009 e nº 12.982/2014, Decreto nº 6.286/2007 (Programa Saúde na Escola) (...) (Brasil, 2022j, p. 23. grifo nosso).

Pode-se encontrar, também, o site do PSE (<http://aps.saude.gov.br/ape/pse>)⁸ e seus respectivos materiais sendo indicados, de forma explícita, como sugestões de materiais de apoio para os seguintes temas presentes no TCT – Saúde, Educação Alimentar e Nutricional: i) Saúde Mental e Prevenção das Violências (BRASIL, 2022j, p.56); ii) Prevenção à gravidez precoce (Brasil, 2022j, p.59); e iii) Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids (Brasil, 2022j, p.59).

Logo, depreende-se que, potencialmente, há conexões entre BNCC e PSE. Se, no documento da BNCC não promove citações direcionadas ao PSE, como bem destacam Santos e Adinolfi (2022a), há que considerar um esforço, por parte da Série Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (TCTs), especialmente, no caderno *Saúde, Educação Alimentar e Nutricional* (Brasil, 2022j), para sinalizar possíveis articulações com o PSE.

Como neste item houve um exercício de verificar possíveis conexões entre BNCC e PSE, o item que se segue, continua neste caminho, mas, agora, procura-se identificar como os recém-publicados materiais do PSE referenciam a BNCC.

ATUAIS DOCUMENTOS ORIENTADORES DO PSE: COMO REFERENCIAM A BNCC?

Os documentos orientadores do PSE são, como dito acima, o *Guia do Gestor do PSE* e os cadernos temáticos do PSE. A partir de 2023, com a renovação do portal do Ministério da Saúde (MS), é possível ter acesso, por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Atenção

Primária à Saúde do Ministério da Saúde⁹, a esses documentos, inclusive os mais atuais. Em 2022 foram publicados oito cadernos temáticos: i) *Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade* (BRASIL, 2022b); ii) *Promoção da Atividade Física* (Brasil, 2022c); iii) *Prevenção ao uso do Tabaco* (BRASIL, 2022d); iv) *Prevenção de Doenças Negligenciadas* (Brasil, 2022e); v) *Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos* (Brasil, 2022f); vi) *Saúde Ambiental* (Brasil, 2022g); vii) *Saúde Bucal* (Brasil, 2022h) e viii) *Verificação da Situação Vacinal* (Brasil, 2022i).

Além destes materiais mais recentes, é possível também ter acesso, no mesmo site, ao anterior *Guia do Gestor do PSE*, datado de 2015, o que facilita uma análise comparativa da evolução das políticas do programa desde a sua criação. Os demais documentos de caráter pedagógico do PSE, produzidos e publicados entre 2015 e 2016 não estão mais disponíveis no portal do MS, mas estão disponibilizados no site da Biblioteca Virtual da Saúde (<https://bvsmms.saude.gov.br/>).

No que tange o atual Portal do Ministério da Educação (MEC), é possível ter acesso à página do PSE, por meio do sítio eletrônico dos Programas Prioritários da Secretaria de Educação Básica¹⁰, onde se encontra uma linha do tempo do programa. Lá, também, é possível visualizar a série *Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na Base Nacional Comum Curricular*, por meio dos cadernos temáticos dos TCTs que visam apoiar a implementação da BNCC. No portal antigo¹¹, encontra-se, também, documentos oficiais e normativos referentes à implementação e adesão de escolas aos ciclos do PSE.

É importante registrar que o atual *Guia do Gestor do PSE*, de 2022 (Brasil, 2022a) traz similaridades, no tocante às ações do PSE, com a já citada Portaria Interministerial nº

8 Após a renovação do Portal do Ministério da Saúde, em 2023, este sítio eletrônico mudou para: <http://aps.saude.gov.br/biblioteca/index>.

9 Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/biblioteca/index>

10 Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programa-saude-na-escola-pse>

11 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola>

1.055/2017, a qual compreende a última atualização do programa antes de 2022¹². O rol apresentado no atual guia contém treze ações, sendo elas: i) saúde ambiental; ii) promoção da atividade física; iii) alimentação saudável e prevenção da obesidade; iv) promoção da cultura de paz e direitos humanos; v) prevenção das violências e dos acidentes; vi) prevenção de doenças negligenciadas; vii) verificação da situação vacinal; viii) saúde sexual e reprodutiva e prevenção ao HIV/IST; ix) prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; x) saúde bucal; xi) saúde auditiva; xii) saúde ocular e xiii) prevenção à covid-19.

Dentre o rol de novas ações incluídas, o atual Caderno do Gestor do PSE traz, de forma explícita, a prevenção à covid-19, como forma de atender a já citada Portaria n° 564/2020 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020). Além dessa, há a abordagem de outra ação que não constava, explicitamente, como ações do PSE em 2017: a prevenção a doenças tropicais negligenciadas (DTN), as quais são doenças que afetam, principalmente, populações mais vulneráveis que habitam em territórios com dificuldades de acesso à água e ao saneamento básico e que apresentam baixos indicadores socioeconômicos (BRASIL, 2022e).

Somado à inclusão destas novas ações, cabe frisar que, diferentemente da versão anterior do *Guia do Gestor do PSE*, datada de 2015, a versão atual do *Guia do Gestor do PSE*, de 2022, traz um tópico intitulado “Associação das ações do PSE com a Base Nacional Comum Curricular”, no qual há uma breve explanação sobre os objetivos e competências e habilidades presentes neste documento normativo e suas vias de acesso ao programa interministerial em questão:

Considerando que a BNCC tem uma parte comum e uma parte diversificada, existem duas vias de acesso para as temáticas do PSE: a primeira, como práticas pedagógicas que se integram aos macrocampos

(Temas Contemporâneos Transversais – TCTs) e que contextualizam as habilidades nos componentes curriculares do ensino fundamental e médio e nos campos de experiências da educação infantil; e a segunda, por meio dos Itinerários Formativos no Ensino Médio, que se refere, segundo a Lei n.º 13.415/17 que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, a um aprofundamento em áreas curriculares e/ou itinerários da formação técnica profissional, articulados aos planos de vida dos estudantes (BRASIL, 2017a apud BRASIL, 2022a, p.8). Esses aspectos poderão ser melhor abordados em materiais específicos, visto que se trata de uma normativa relativamente nova e com diversas possibilidades de interfaces com as ações do PSE (Brasil, 2022a, p.8).

A citação acima sinaliza que a interface entre BNCC e PSE possa ocorrer através dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Isso reforça o que já foi sinalizado na seção anterior deste artigo, especificamente quando, no caderno TCT – Saúde, Educação Alimentar e Nutricional (Brasil, 2022j), há uma referência direta ao PSE e há sugestão de uso de materiais do PSE para a abordagem de determinados temas, tais como: Saúde Mental e Prevenção das Violências (Brasil, 2022j, p.56); Prevenção à gravidez precoce (Brasil, 2022j, p.59); e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids (Brasil, 2022j, p.59).

Cabe observar também que, quando o atual *Guia do Gestor do PSE* se refere que os aspectos da BNCC poderão ser melhor abordados em materiais específicos, supõe-se que estes aspectos poderão estar presentes nos cadernos temáticos do PSE. Todavia, dentre os oito cadernos temáticos” publicados em 2022, somente três (Brasil,, 2022b; Brasil, 2022c; Brasil, 2022d) trazem menção direta à BNCC. Isso sinaliza uma possível fragilidade da relação entre estas duas políticas, que parece ficar só na pretensão de que ocorra esta integração,

12 A Portaria Interministerial n° 1.055, de 25 de abril de 2017 foi o documento do PSE utilizado pelo estudo de Santos e Adinolfi (2022a) para fazer comparações entre ações do PSE com as competências e habilidades. As ações presentes nesta Portaria já foram expressas neste artigo, na página 13.

mas que não oferece subsídios suficientes para a sua efetivação no contexto escolar.

No entanto, somente citar a BNCC está longe de mostrar caminhos de como as linhas de ação do PSE vão encontrar guarida nos currículos das escolas públicas. Por exemplo, um dos cadernos que referenciam a BNCC - *Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade* - sinaliza que o atual documento normativo da Educação Básica se preocupa em ampliar as ações articuladas entre saúde, educação e esportes, por meio da abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Destaca também que, com o desenvolvimento das TCTs, torna-se possível realizar a articulação entre a saúde e outros elementos curriculares, além de realizar conexões com o contexto dos educandos, com vistas a fortalecer a cidadania e a democracia, e a respeitar as diversidades regionais e locais (Brasil, 2022b).

O que se verifica nos três cadernos temáticos do PSE que fazem referência explícita à BNCC é que todos estes corroboram com a ideia de que, por meio dos TCTs, há diversas possibilidades didático-pedagógicas para a abordagem integrada entre saúde, educação e esporte, envolvendo os diferentes níveis curriculares - disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Para os materiais do PSE, faz-se necessário vincular o tema saúde ao desenvolvimento das dez competências gerais da BNCC, os quais almejam a construção da cidadania e a formação de atitudes e valores (Brasil, 2022b; Brasil, 2022c; Brasil, 2022d).

Dois dos três cadernos temáticos do PSE que referenciam a BNCC sustentam que o desenvolvimento dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) oferecem a transversalidade e, conseqüentemente, a intersetorialidade necessária para o trabalho articulado entre as áreas da saúde, da educação e dos esportes, destacando

a orientação de que os temas não devem ser trabalhados em blocos rígidos, em estruturas fechadas de áreas de conhe-

cimento, mas sim, que eles sejam desenvolvidos de um modo contextualizado e transversalmente. Esses pressupostos favorecem para que o trabalho das áreas da saúde, da educação e dos esportes no contexto escolar se efetive como uma estratégia eficaz na construção da cidadania do estudante e da participação ativa da vida em sociedade, e não um fim em si mesmo, conferindo a esses conteúdos um significado maior e classificando-os de fato como Temas Contemporâneos Transversais¹³ (BRASIL, 2022b, P.30; BRASIL, 2022c, p.22).

O que se percebe é que o *Guia do Gestor do PSE* e alguns cadernos temáticos, apesar de assinalarem a importância da BNCC e de seus respectivos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), não expressam, de forma factível, como este documento normativo pode servir de base para o desenvolvimento de ações no âmbito do PSE. Em outras palavras, não há demonstração, em nível didático-pedagógico, de como pode acontecer a conexão, na prática, entre os objetivos de aprendizagem e/ou habilidades da BNCC e as ações do PSE junto aos educandos. O que se percebe é que os materiais recentes deste programa interministerial se limitam a citar que é possível a articulação entre a saúde e outros elementos curriculares, por meio da abordagem dos TCT, mas não indicam, por meio de exemplos, como esta articulação pode ser concretizada no ambiente escolar.

Esta não é uma crítica nova. Desde 2014, Assis e Araujo-Jorge (2014) enfatizavam a necessidade de os documentos do PSE buscarem maior articulação com os constituintes curriculares da escola, a fim de evitar a proposição de ações de forma desconectada com o ambiente escolar.

Há outro ponto a se considerar: a ausência dos cadernos temáticos do PSE no site do MEC (Portal MEC), sejam os de 2015-2016, sejam os 2022, pode reforçar o que alguns estudos (Ferreira *et al.*, 2014; Santos; Adinolfi, 2022b) trazem sobre o maior protagonismo

13 Este parágrafo está escrito de forma exatamente igual nos dois documentos citados (Brasil, 2022b; Brasil, 2022c), por isso que ambos foram referenciados, de forma conjunta, nesta citação direta.

do campo saúde e passividade do campo educação no âmbito do PSE, o que reflete outra possível fragilidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entes estes campos. Essa foi uma das conclusões do estudo de Santos e Adinolfi (2022b), para os quais docentes que participaram da pesquisa como entrevistados percebiam que as relações entre saúde e educação eram frágeis, pelo fato de caber ao setor saúde todo o planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas. Por outro lado, aos educadores seria relegado um papel passivo, já que, quando muito, estes auxiliavam na operacionalização das tarefas, como, por exemplo, monitorar o comportamento dos estudantes durante as atividades.

O estereótipo do “jaleco branco” é entendido, como um poder simbólico que faz do PSE um programa movido pelo protagonismo dos profissionais de saúde, os quais se consideram como os maiores ou os únicos detentores dos saberes sobre saúde. Ainda mais, a forma como o PSE está estruturada, enquanto política pública, no qual o repasse financeiro e a prestação de contas são centralizados no Sistema Único de Saúde (SUS), reforça que muito se deve avançar para se alcançar a efetividade da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, ou seja, que o planejamento, a execução e avaliação das ações do PSE sejam realizadas de forma integrada pelos setores da saúde e da educação (Santos; Adinolfi, 2022b).

Ressalva-se que trabalhos anteriores, como o de Ferreira e colaboradores (2014) e de Araujo-Jorge (2014), já revelavam que o campo saúde se sobressaía ao da educação no financiamento das ações, na centralização do processo de adesão das escolas e coordenação da Comissão Intersetorial de Educação e Saúde na Escola. Até na proposição das próprias atividades educativas, não havia equidade de participação e ingerência, cabendo aos profissionais da saúde maior protagonismo, também, neste quesito.

Diante deste contexto, pode-se apontar que tais descompassos de atuação entre os profissionais de saúde e de educação revelam-se como desafios de o PSE se efetivar na prática pedagógica, no cotidiano da sala de aula,

limitando-se a seguir a cartilha de “boas práticas de saúde”, realizadas por meio de ações específicas e pontuais, regidas, acima de tudo, pelo campo da saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, considera-se que existem fragilidades na articulação interdisciplinar e intersetorial entre saúde e educação, o que enseja a necessidade de estratégias de fortalecimento do protagonismo das ações do Programa Saúde na Escola (PSE) voltadas aos compromissos prioritários da Educação Básica, qual seja, mobilizar o desenvolvimento de competências e habilidades a favor da garantia dos direitos de aprendizagens dos estudantes, na perspectiva da formação integral.

Destaca-se, justamente, a necessidade de uma explanação mais direta, por parte do atual *Guia do Gestor do PSE* (Brasil, 2022a) e dos cadernos temáticos do PSE (Brasil, 2022b; Brasil, 2022c; Brasil, 2022d; Brasil, 2022e; Brasil, 2022f; Brasil, 2022g; Brasil, 2022h; Brasil, 2022i), no que tange à relação das ações do PSE com o currículo da Educação Básica, a partir do que indica a BNCC, com vistas à efetivação da intersetorialidade, tão almejada desde a sua institucionalização, por meio do Decreto nº 6.286/2007.

Assim como a BNCC perdeu a oportunidade de fazer alusão e empreender relações mais explícitas com o PSE, os materiais deste programa, recém-publicados em 2022, perderam, em mesma medida, a oportunidade de explorar, de forma didático-pedagógica, as possíveis relações com tema saúde e outras temáticas correlatas presentes na BNCC.

Portanto, se os atuais materiais do PSE continuarem a não encontrar respaldo na atual BNCC e nem a oferecer, de maneira explícita, subsídios didáticos-pedagógicos de como suas ações podem tomar forma concreta no currículo escolar, é questionável se este programa, teoricamente interministerial em sua estruturação, apresentará condições de efetivar a operacionalização da interdisciplinaridade e da intersetorialidade. Ou seja, há muitos caminhos para percorrer para se alcançar

a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, que devem incluir processos formativos junto aos profissionais da educação e incidência nos planejamentos pedagógicos das unidades escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases para a Educação Nacional de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto no 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica: Saúde na Escola**. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2009.

BRASIL. **Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno do gestor do PSE** / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 68 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Práticas Corporais, Atividade Física e Lazer**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016a. 34 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Promoção dos Direitos Humanos e Cultura de Paz**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016b. 45 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Promoção da Alimentação Saudável e Segurança Alimentar Nutricional**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016c. 42 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Verificação da Situação Vacinal**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016d. 25 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Saúde e Educação Ambiental**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016e. 39 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Promoção da Saúde Bucal**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016f. 16 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Saúde Ocular**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016g. 31 p.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Interministerial no 1.055, de 25 de abril de 2017**. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. 2018. Brasília: Secretaria de Educação Básica. 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC** – contexto histórico e pressupostos pedagógicos. 2019. Brasília: Secretaria de Educação Básica. 2019.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Nº 564, de 8 de julho de 2020**. Inclui na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o procedimento da Atenção Primária no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) “Prevenção à Covid-19 nas Escolas”. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno do gestor do PSE** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022a. 46p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: alimentação saudável e prevenção da obesidade**

[recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022b. 36p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: promoção da atividade física** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022c. 27p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: prevenção do uso do tabaco** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022d. 44p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno Temático do Programa Saúde na Escola: Prevenção de doenças negligenciadas** / Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022e. 54p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022f. 30p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: saúde ambiental** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022g. 42p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: saúde bucal** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022h. 45p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: verificação da situação vacinal** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022i. 30p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Série Temas Contemporâneos Transversais**. Base Nacional

- Comum Curricular. Saúde, Educação Alimentar e Nutricional. Brasília: Secretaria de Educação Básica. 2022j.
- FARIAS, Isabelle Carolline Veríssimo de; SÁ, Ronice Maria Pereira Franco de; FIGUEIREDO, Nilcema.; MENEZES FILHO, A. Análise da inter-setorialidade no Programa Saúde na escola. **Rev. bras. educ. med.**, vol. 40, p. 261-267, 2016.
- FÁVERO, Altair Alberto; CONSALTÉR, Evandro. Interdisciplinaridade: entre equívocos e possibilidades na formação continuada de professores. **South American Journal**, v. 8, n. 1, p. 555-569, 2021.
- FERREIRA, Izabel do Rocio Costa; MOYSÉS, Samuel Jorge; FRANÇA, Beatriz Helena Sottile; CARVALHO, Max Luiz de; MOYSÉS, Simone Tetu. Percepções de gestores locais sobre a inter-setorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Educação**, 19(56):60-76. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 176 p.
- JACOB, Lia Maristela da Silva Jacob; MELO, Márcio Cristiano de; SENA, Rômulo Mágnus de Castro; SILVA, Isaac Jacob da; MAFETONI, Reginaldo Roque; SOUZA, Kellen Cristina Silva de Ações educativas para promoção da saúde na escola: revisão integrativa. **Rev. Saúde e Pesquisa**, vol. 12, n.2, p. 419-426, 2019.
- LOPES, Iraneide Etelvina; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé; ROCHA, Dais Gonçalves. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, pp. 773-789, 2018.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. 232 p.
- SANTOS, Edson Manoel dos; ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. O Programa Saúde na Escola e suas relações com a Base Nacional Comum Curricular. **Reflexão e Ação**, 30(1), p. 217-234, 2022a.
- SANTOS, Edson Manoel dos; ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. O olhar dos professores ao Programa Saúde na Escola: contribuições na perspectiva do ensino de ciências naturais. **Dialogia**. São Paulo, n. 42, p.1-18, 2022b.
- VIEIRA, André Guirland; AERTS, Denise Rangel Ganzo de Castro; CÂMARA, Sheila; SHUBERT, Claudio; GEDRAT, Dóris Cristina; ALVES, Gehysa Guimarães. A escola enquanto espaço produtor da saúde de seus alunos. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 916-932, 2017.
- ZÔMPERO, Andreia de Freitas; OLIVEIRA FILHO, Joel Pereira de; SANTOS, Márcio Luis dos; A Temática Saúde na Perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, v. 21, n. 4, p. 430-436, 2020.